

MEMÓRIAS DO CÁRCERE: UM CÁRCERE DE MEMÓRIAS

Joyce RODRIGUES SILVA GONÇALVES*

Mestranda pela Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais - PUC Minas

E

Resumo

Este trabalho, tendo como objetivo analisar a obra **Memórias do cárcere**, de Graciliano Ramos, pretende fazer um recorte temático em torno da escrita autobiográfica e da experiência vivida pelo autor na prisão nos anos de 1936 e 1937. Será abordada ainda a questão da possível ficção autobiográfica em alguns momentos da narrativa e seus desdobramentos no registro de seu relato de testemunho.

Palavras chave: **Memórias do cárcere**. Autobiografia. Ficção autobiográfica.

Memórias do cárcere é uma obra em dois volumes publicada postumamente em 1953. Graciliano Ramos foi preso em 1936, sem acusação oficial, sob a ditadura getulista do Estado Novo. Na obra o autor relata os fatos que lhe ocorreram nas prisões em Recife, Maceió e Rio de Janeiro desde março de 1936 a janeiro de 1937. O objetivo deste trabalho é exatamente fazer uma análise desse relato, partindo do conceito da obra memorialística, em que o autor se utiliza da memória para narrar a própria experiência de vida.

Um aspecto importantíssimo dessa obra é sua elaboração. Graciliano escreveu diversas notas manuscritas desde os primeiros dias de prisão, mas a cada transferência, era obrigado a desfazer-se dos papéis. Por este motivo, entre outros, abandonou por muitos anos o interesse de escrever o livro. Somente em 1952 iniciou a redação dos dois volumes, construindo-os apoiado em suas memórias. Não conseguiu, no entanto, concluí-los, faltando o capítulo final. Mesmo assim, o autor nos proporcionou uma leitura simultaneamente rica e angustiante, pois se trata de obra imaginada e escrita diversas vezes, em que as sobreposições emergem no resultado final. Seu filho Ricardo Ramos é quem escreve o que seria o capítulo final, dizendo sobre o processo de escrita da obra e as conversas que tinha com o pai, Graciliano, sobre o registro de suas memórias. Fato interessante, este, em que o filho faz o que teria feito o pai. Ricardo Ramos, também escritor, traz ao leitor de **Memórias do cárcere** um pouco

da convivência com o pai em seus últimos dias de vida. Graciliano fez uma viagem ao exterior já ao fim da vida, o que lhe rendeu, aliás, mais uma obra, **Viagens**, e abandonou temporariamente a escrita de **Memórias do cárcere**. Sempre que era cobrado, segundo seu filho, dizia: “Não há problema. É tarefa para uma semana.” (RAMOS, 1969). E assim nosso memorialista ia adiando o fim do livro.

Graciliano decidiu-se ao processo de escrita da obra dez anos após o ocorrido. No início do relato o autor faz uma explanação de seus motivos:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque me silencie e porque me decido... Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 1969)

Essa explicação inicial na obra em questão retrata o que Phillipe Lejeune chama de pacto autobiográfico. Quando o nome do autor empírico coincide com o autor textual e ainda com o narrador-personagem, há uma identidade expressa que nos leva a aceitar a obra como uma autobiografia verídica. Ainda que alguns fatos narrados na obra não sejam inteiramente verdadeiros, ou “um pouco ficcionalizados”, podemos receber o texto como uma autobiografia, uma vez que o autor faz esse pacto com o leitor, propondo-se a contar a verdade dos fatos. Sobre autobiografia, Lejeune afirma:

A autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja *identidade de nome* entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala. Esse é um critério muito simples, que define, além da autobiografia, todos os outros gêneros da literatura íntima (diário, auto-retrato, auto-ensaio). (LEJEUNE, 2005).

Em **Memórias do cárcere** temos, pois, o que Lejeune chama de pacto autobiográfico: “O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro.” (LEJEUNE, 2005). O pacto autobiográfico é, portanto, uma espécie de acordo estabelecido entre autor e leitor, que firma a narrativa como relato de uma experiência vivida pelo autor em determinado momento de sua vida, neste caso, a época da prisão de Graciliano, contado por ele mesmo. Ao lermos esse relato sofremos a angústia vivida por Graciliano e, a cada episódio narrado, podemos imaginar o quão torturante foi essa experiência.

Ainda acerca da definição de autobiografia, Elizabeth Bruss afirma que esse gênero, popularmente tido como história de vida contada pela própria pessoa (quem viveu tal experiência), é concebida pela distinção entre ficção e não ficção: “A autobiografia como a conhecemos é dependente de distinções entre ficção e não ficção, entre narração retórica e narração de primeira pessoa empírica.”. (BRUSS, 1976, p. 8). Porém, obviamente, por ter sido registrada somente dez anos após a prisão de Graciliano Ramos, a obra **Memórias do cárcere** é um relato construído através das lembranças do autor. Não seria possível narrar em detalhes absolutamente todos os fatos passados durante tantos meses em que esteve na cadeia, sendo uma narrativa extremamente fiel aos fatos. Graciliano se vale dos fatos, sim, mas com todo o esforço de suas lembranças.

É importante ressaltar, quando se trata de lembranças, de memórias, que as sobreposições, as próprias fantasias, as dúvidas relativas à forma como ocorreram determinados acontecimentos são plenamente naturais, assim como muitos detalhes escapam à memória. Portanto, muito se perde e muito pode ser criado, ficcionalizado em uma narrativa autobiográfica. Um exemplo dessa incerteza em relação aos detalhes narrados é o seguinte trecho da obra:

Esses acontecimentos de três dias foram narrados mais ou menos em ordem, apesar de apresentarem falhas, os lugares surgirem imprecisos, as figuras não se destacarem bem no ambiente novo. (...) Um fato nesse dia 6 abalou-me, o único de que tenho lembrança clara. (RAMOS, 1969).

A questão da nebulosidade das lembranças perpassa toda a obra. Outro ponto que evidencia essa falta de nitidez da memória é quando um dos companheiros de prisão de Graciliano, conhecido como Gaúcho, se aproxima e torna-se um amigo. Este começa a contar casos que dizia ter vivido heroicamente enquanto ladrão. Graciliano gostava de ouvi-lo, e em uma das passagens em que um dos casos é narrado, Graciliano reflete:

Em seguida referiu-me a evasão de Fernando de Noronha, mas havia nela sérias dificuldades, e não me seria hoje possível reproduzi-la. Esqueci quase tudo. (...) Enfim as narrações dele articulavam-se com rigor. Dessa, na verdade singular, perdeu-se o começo. (RAMOS, SÃO PAULO, 1969).

Outro trecho em que percebemos a seletividade da memória é quando Graciliano é transferido para a colônia correcional. A caminho do novo cárcere um soldado inicia um diálogo com o escritor, e sobre essa conversa Graciliano reflete:

Convenço-me de ter sido fiel reproduzindo nosso diálogo; ao cabo de tantos anos, as perguntas e as respostas vêm nítidas, parecem recentes; não preciso enxertos, pelo menos julgo isto. O resto era confusão. (RAMOS, 1969).

Observamos, no excerto citado acima, que o autor confessa que algumas vezes são necessários enxertos para que não haja grandes lacunas na narrativa. Outras vezes alguns detalhes são apenas sugeridos, mas pela incerteza em relação a esses detalhes, ele admite que possivelmente se trate apenas de suposições, como exemplifica uma passagem em que Graciliano é revistado pela polícia para adentrar-se ao recinto onde ficaria preso por mais algum tempo:

Tomaram-me os lápis e o bloco de papel. Por muito que me esforçasse, não consegui, mais tarde, recompor as fisionomias das pessoas que realizaram essas operações. Naturalmente fizeram perguntas e dei respostas. Não me lembro de nada. Os meus companheiros de viagem deviam estar ali perto, mas isto é suposição. (RAMOS, 1969).

Na questão da autobiografia também estão engendrados fatos históricos. No caso de **Memórias do cárcere**, observamos o período do Estado Novo, regime político centralizado e autoritário brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937 e que durou até 1945. Durante o Estado Novo foram presos tanto militantes da Aliança Nacional Libertadora (comunistas marxistas, durante a intentona comunista) quanto membros da Ação Integralista Brasileira (nacionalistas, durante o “levante integralista” de 1938), assim como intelectuais vinculados a uma dessas duas agremiações políticas e outros intelectuais, seja por comunismo ou por simpatias pelo Fascismo ou por defender a prospecção de petróleo no Brasil, como Monteiro Lobato, preso em 1941.

Muitos foram mantidos em cárcere ilegal, por vários meses e até anos, sem processo judicial nem acusação formal. Alguns nem sequer eram oposicionistas, mas foram vítimas de denúncias odiosas. Foi o caso de Graciliano Ramos, que na época em que foi detido não era ainda filiado ao Partido Comunista do Brasil – PCB –, o que ocorreu apenas anos mais tarde, em 1945. Nesse caso, o autor foi testemunha da violência de Estado vigente em tal contexto histórico, o que concede à obra uma importância também enquanto depoimento.

Apesar de sabermos que toda narrativa autobiográfica pode conter algumas nuances de ficção, no caso de **Memórias do cárcere**, Graciliano não tenta fantasiar nem acrescentar nada além do real, do vivido, ao contrário, busca uma concisão que retrate apenas o relato de sua experiência vivida, de seu testemunho do momento histórico que se instaurara à época de seu encarceramento. A respeito dessa observação, Bosi diz ainda:

Pontuando firmemente as suas distâncias em relação ao discurso histórico, nem por isso a escrita do testemunho aceita confundir-se com a prosa de ficção. Definitivamente, o nosso memorialista não se propõe inventar o que quer que seja por amor a efeitos estéticos. Contenta-se com a sua parcela de verdade: não deseja alterá-la comprazendo-se em jogos imaginários. Até mesmo o uso, aliás, inevitável, do pronome *eu*, “esse pronominho irritante”, parece-lhe indiscreto, sinal de intromissão abusiva do sujeito. (...) Igualmente repugna-lhe a ideia de inventar pseudônimos para esconder a identidade dos companheiros, e “fazer do livro uma espécie de romance”. “E nos romances, como declara em outro passo, contam-se mentiras”. Trata-se de um depoente, um homem que não pretende abandonar seu compromisso de base com a fidelidade à própria existência, admitindo sempre que é falível a sua percepção, lacunosa a memória e tateante o seu juízo ético. (BOSI, 1992 – destaques do autor).

Michael Pollak, ao falar sobre os deportados da guerra e das vítimas dos regimes ditatoriais instaurados em muitos países no século XX, faz uma análise sobre memória, esquecimento e silêncio em relação aos sobreviventes desses conflitos. Tais sobreviventes guardam em si os traumas das torturas e crueldades que viveram e presenciaram nos campos de batalha. Pollak pontua que muitos preferem se calar ao invés de se comprometerem, ainda que as lembranças, nesses casos indelévels, permaneçam vivas em suas memórias. Em relação ao silêncio Pollak afirma:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989).

Se transferirmos essa observação para o caso vivido por Graciliano, de certa forma a postura de vítima em silêncio também se aplica a esse autor enquanto se calou por dez anos. É importante frisar que, neste caso, Graciliano é a própria vítima, que hesita em deixar aparecer os nomes das pessoas envolvidas na ditadura getulista. Todavia, o autor sente a necessidade de relatar e publicar os acontecimentos pelos quais passou no cárcere, ele e muitos outros, alguns dos quais se tornou amigo.

Na verdade, o autor era mesmo cobrado pelos amigos mais próximos e até pelos familiares a escrever suas memórias. Todos desejavam receber de Graciliano essa obra que seria um excelente registro de um grupo e de um período marcante na história do país. Nelson Werneck Sodré, em prefácio às **Memórias do cárcere** aponta:

Graciliano, quando de boa disposição, e principalmente, quando não tinha ouvintes que o incomodassem, dizia como pensava escrever estas memórias, como abordaria certos aspectos, como definiria alguns ângulos. Foi muito depois de projetar e pensar que se lançou à tarefa, para ele muitas vezes penosa, de passar ao papel os capítulos em que descreveu, passo a passo, não sua experiência pessoal, mas, o que é importante, o que é fundamental, o retrato de uma época. (SODRÉ, 1969).

Sobre a necessidade de registrar e a consciência própria de se saber “guardião de uma memória importante” também para outras pessoas – contemporâneos e familiares, Pollak observa que uma testemunha de guerra ou similar sente isso que é quase um compromisso com a sociedade:

A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. (...) no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. (POLLAK, 1989).

Graciliano tinha a consciência de que guardava em si um testemunho imprescindível ao Brasil, por isso registrou suas memórias. O fato de não ter escrito o último capítulo não impediu a grandiosidade da obra, que retratou a essência dos acontecimentos de forma ímpar.

Em nenhum momento o autor se vangloria ou se coloca como herói, ao contrário, se considera muito menor do que de fato é. Sua modéstia é explícita em várias passagens da obra. Algo muito interessante em relação a essa sua postura é que o autor não cita seu próprio nome em **Memórias do cárcere**. Quando precisa se referir a ele mesmo a expressão utilizada é “Fulano de Tal”. Quando lhe chamam de doutor também nosso humilde escritor recusa o título:

De repente houve uma suspensão na tabuada e percebi o meu nome preso a um título: Dr. Fulano de Tal. (...) Doutor, que estupidez! Essa ironia besta anunciava desgraça. Tinha esforçado por esquivar-me, ser uma partícula invisível na turba, linha de quatro algarismos no catálogo de Cubano. Obrigavam-me a sair da massa anônima, personalizavam-me e, além de tudo, conferiam-me distinção perigosa. (RAMOS, 1969).

No prefácio da obra, por Sodré, essa modéstia é lembrada. O crítico observa que Graciliano escreve “sem pretender tornar-se a figura central, sem rabiscar um desses tristes e ridículos depoimentos pessoais em que a vaidade alimenta todos os recursos”. (SODRÉ, 1969). O próprio Graciliano confessa que não se sente a vontade ao escrever sobre si mesmo, como o centro das atenções, mas quando escreve em primeira pessoa o autor empresta a voz a uma geração que

viveu a opressão de uma das épocas mais sombrias que este país já atravessou. Em **Memórias do cárcere** o autor expõe esse sentimento e até pede desculpas por usar a primeira pessoa ao escrever:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário: fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso, não deixo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei pelos cantos obscuros, fugirei as discussões, esconder-me-ei prudentemente por detrás dos que me parecem patentear-se. (RAMOS, 1969).

Quando Graciliano Ramos foi detido, já havia publicado dois de seus romances: **Caetés** e **São Bernardo**, e havia escrito **Angústia**, cujos manuscritos estavam engavetados em casa. Mais tarde, sentindo a necessidade de alguma renda financeira por encontrar-se já sem recursos, Graciliano, tendo recebido uma proposta do editor José Olímpio, resolve publicar também este terceiro romance. O autor, que sempre fazia inúmeras revisões e correções em seus trabalhos, não queria ter essa obra publicada antes de ser revisada, e, segundo o próprio escritor, reduzida a um terço do que fora escrito. Graciliano Ramos era, além de muito modesto, um crítico ávido de sua própria produção. Julgava-se pequeno demais para merecer algum destaque no âmbito literário. Em consequência da falta de opção, pediu, enfim, à esposa que entregasse os manuscritos ao editor. Em um trecho de **Memórias do cárcere**, quando Sérgio, um de seus companheiros da prisão está lendo seu primeiro romance, Graciliano o desencoraja dizendo: “Pelo amor de Deus não leia isso. É uma porcaria.” (RAMOS, 1969). E acrescentou: “Ingênuo, tentei explicar-me, em grande embaraço. A publicação daquilo fora consequência de uma leviandade.” (RAMOS, 1969).

O mesmo companheiro de cela, já na leitura do segundo romance de Graciliano, novamente é interpelado pela modéstia do autor:

A percepção, a compreensão e a memória do rapaz me assombravam. Uma vez encontrei-o agarrado ao meu segundo romance. Virou a folha, avizinhei-me, entrei a rever pedaços da minha terra. Ia chegando ao fim da página esquerda, e o moço voltou à folha de novo.

- Não é possível que você tenha lido essas duas páginas, afirmei.

- Por quê?

- O autor dessas drogas sou eu, e apenas li uma. É absurdo que você, estrangeiro, chegando há pouco, mal conhecendo a nossa fala e as nossas coisas, tenha conseguido pegar as duas. (RAMOS, 1969).

Nessas e em muitas outras passagens das Memórias do cárcere, Graciliano confessa suas impressões negativas em relação aos seus textos ficcionais. Além de criticar a si mesmo, Graciliano lançava algumas considerações sobre a literatura de modo geral. O autor nos concede, na citação a seguir, sua confissão de escrever somente aquilo que vivenciou. Ao receber, ainda na prisão, um romance do amigo José Lins do Rego, Graciliano quase se revolta com a imaginação e ficção do amigo:

Estranhei ver José Lins afastar-se da bagaceira e do canavial, tratadas com segurança e vigor em obras anteriores, discorre agora sobre Fernando de Noronha, onde nunca estive. Um crítico absurdo o julgara simples memorialista, e o homem se decidia a expor imaginação envolvendo-se em matéria desconhecida. Pessoa de tanta experiência, de tanto exame, largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante. (RAMOS, 1969).

Provavelmente Graciliano indignou-se porque o amigo se atrevera a falar exatamente sobre o que ele, Graciliano, estava experimentando naquele período de sua vida: o cárcere. Escrever romances, Graciliano também havia escrito, e todo ficcionista se dá ao direito de romancear o que bem entender. A posição de Graciliano foi quase um desabafo:

Zanguei-me com José Lins. Por que se havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinem bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos. (...) Ingenuidade, sim, ingenuidade. Esperávamos dele a experiência. (RAMOS, 1969).

Percebemos, aqui, que o sofrimento do autor em diversas fases de sua vida, refletiu-se consideravelmente em sua produção ficcional. Mistura-se experiência vivida e representação literária, o factual e o ficcional. A matéria-prima de suas obras são os quase sempre, duros e tristes fatos acontecidos com Graciliano. Em Memórias do cárcere temos mais um exemplo dessa transferência da vida para a obra literária.

Podemos concluir, portanto, que Graciliano Ramos, em suas Memórias do cárcere, relata parte de sua vida (quando esteve na prisão) de modo essencialmente autobiográfico. Embora as lacunas da memória e as falhas das lembranças se façam presentes, o autor procurou registrar os fatos tal como ocorreram. Sabemos que enquanto vivenciou o cárcere o autor anotava em seus papéis o seu dia-a-dia,

todavia, frequentemente precisava se livrar de tais papéis para evitar a repressão ou mesmo a tortura; o que dificultou mais tarde o processo de escrita da obra memorialística, que se pautou, portanto, no recurso da memória, da lembrança e até mesmo do esquecimento.

ABSTRACT

This work, have as objective to analyze the book *Memórias do Cárcere*, by Graciliano Ramos, and also aims to make a thematic outline around the autobiographical writing and the experience lived by the author in prison for the years 1936 and 1937. It will be addressed yet, the question of a possible autobiographical fiction in some moments of the narrative and its ramifications in record of his report of witness.

Key-words: *Memórias do cárcere*. Autobiography. Autobiographical fiction.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. In: BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo, 1992.

BRUSS, Elizabeth. **Autobiographical acts**. The changing situation of a literary genre. Johns Hopkins University Press, 1976, Baltimore, London.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: LEJEUNE, Philippe. **De Rousseau à internet**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. In: **Lua Nova**, n.62, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol.2, n.3, 1989.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. vol. I e II. São Paulo: Martins, 1969.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Prefácio de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Martins, 1969.